



Entrevista com o professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva (UnB)¹

40 anos de Relações Internacionais no Brasil

1) Em 2014 celebramos os 40 anos de institucionalização da graduação em Relações Internacionais na UNB, o senhor poderia comentar sobre a importância do Instituto de Relações Internacionais (IREL/UNB) para a construção do campo das RI no Brasil? Em que medida essa institucionalização estimulou uma produção autônoma dos pesquisadores brasileiros sobre as RI?

Em primeiro lugar eu creio que a força dos estudos de Relações Internacionais da UnB adveio de uma espécie de coincidência, de convergência de talentos que não sonhavam em criar as Relações Internacionais no Brasil. A convocação dos primeiros professores para a planta do curso de RI, advinha de situações *sui generis*, não planejadas. Por exemplo, um historiador que passara dez anos na França estudando História diplomática e História das Relações Internacionais [Amado Cervo]; um outro professor que estudara em Cambridge, Direito Internacional [Antônio Augusto Cançado Trindade]; um conjunto de professores formados nas escolas da Guerra Fria

¹ Professor Titular em Relações Internacionais, por concurso público, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em Relações Internacionais pela UnB (1981), mestrado em História pelo El Colegio de México (1985), doutorado por meio de PhD em Humanidades, área de História e Relações Internacionais, na The University of Birmingham (1991) e estudos pós-doutorais em Relações Internacionais pela Universidade de Oxford, Inglaterra.

Além de professor titular da Universidade de Brasília, onde trabalha desde 1986, é pesquisador 1 do CNPq e líder de pesquisa. Dirigiu, por mais de uma década, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), ONG de mais de meio século de existência dedicada à difusão do estudo das relações internacionais e da política exterior do Brasil, instituição que edita desde 1958 a Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI). É vice-presidente da Comissão Internacional de História das Relações Internacionais (CHRI), vinculada ao Comitê Internacional de Ciências Históricas. Tem experiência nas áreas de História Contemporânea, Brasil Contemporâneo e Relações Internacionais.



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

nos Estados Unidos. Então, essa gente não se conhecia e não tinha um plano de criar um curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília.

Houve um acaso, que era o projeto de trazer para o campus da Universidade de Brasília o Instituto Rio Branco, portanto, a formação da diplomacia brasileira que, para não ser realizada no edifício do Itamaraty, seria deslocada para uma geografia próxima, que é o campus I da UNB. Parece que dessas conversações surgiu à ideia de criar um curso voltado para a Política Internacional, não tanto ainda para as Relações Internacionais como entendemos hoje (economia, sociedade, direito internacional), mas uma junção de Política Internacional, Política Externa do Brasil e uma versão de história diplomática.

Devemos esse primeiro gesto de formar um curso voltado para a Política Internacional ao brasileiro, filho de um ex-vice-presidente da república, o professor José Carlos Brandi Aleixo, filho de Pedro Aleixo, que voltava dos Estados Unidos das escolas da Guerra Fria, da *Georgetown University*. Portanto, essa convergência não foi um plano orgânico, um planejamento arquitetado com antecedência. Creio que foram decisões tomadas no campo do acaso.

O curso de graduação em RI foi instalado em uma unidade designada “Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais”, em 1975, sendo que o curso de Ciência Política foi criado 15 anos depois. Esse departamento tinha uma concepção de Política Internacional de matriz americanista, uma vez que boa parte dos professores foi contratada nos Estados Unidos pelo reitor da Universidade de Brasília, apresentando as suas aulas em língua inglesa. Esses jovens professores tinham pouco mais de 30 anos, recém-doutores, com baixa experiência de sala de aula. Entre esses estavam Antônio Augusto Cançado Trindade, o próprio professor Aleixo, o professor Amado Cervo, além de diplomatas. A presença de diplomatas como professores é muito importante, pois é o que restou das negociações da UNB com o Ministério das Relações Exteriores para levar o Instituto Rio Branco do Rio de Janeiro para Brasília.

Tal deslocamento foi impedido por decisões superiores ao próprio ministério, provavelmente para Geisel não era oportuna a criação do Instituto dentro de uma



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

universidade pública federal. Portanto, esse acaso e esse conjunto de elementos deu origem à primeira graduação em RI no Brasil. Não houve um grande projeto ou uma reflexão sobre o papel do Brasil no mundo, ou ainda a função da academia na construção da inserção internacional. As informações apresentadas aqui são fruto de conversas com o professor Aleixo e com vários daqueles professores, como o próprio professor Antônio Augusto Cançado Trindade e o professor Amado [Cervo]. Este, por exemplo, foi à Brasília para um programa do Senado envolvendo uma documentação diplomática que estava sendo organizada; um contato levou o nome dele a um desconhecido reitor, que o contratou.

Dessa forma, há projetos que funcionam, que vão se desenvolvendo, e que não tiveram uma magistral concepção. Estes, vão evoluindo empiricamente. Então, acho que é importante a observação de que o primeiro curso de RI no Brasil surgiu dessa conjugação múltipla, mas sem um projeto, sem um plano anterior e sem um objetivo muito preciso.

É muito interessante ter a oportunidade de observar e declarar isso, pois eu fui uma das primeiras “cobaias” dessa experiência do acaso. Um jovem menino que desejava postular diplomacia brasileira à época de 1974/1975, quando foi criado a graduação em Relações Internacionais. Naquela primeira geração, nas duas primeiras turmas, a intenção dos candidatos que prestaram o vestibular era fazer dois anos de curso e apresentar-se no concurso do Instituto Rio Branco, o qual exigia naquele período dois anos de curso superior. O que aconteceu, pelo que noto, é que o curso atraiu talentos e permitiu a chegada ao Brasil de alguns professores de outros cantos, como uma doutora que veio da França, que estudava a Nova Ordem do Direito Internacional das Organizações Internacionais no contexto da multiculturalidade, chamada Ana Maria Vilela. Além de alguns professores brasileiros como, por exemplo, o professor Francisco Rezek, do Direito Internacional. Vale mencionar que as contratações eram feitas por uma fundação, que não é hoje correspondente ao estatuto legal dos institutos e das universidades federais. Era uma fundação que o reitor quem contratava, formando-se missões para identificar eventuais professores para compor esse conjunto de docentes de RI da UNB.



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

Então, as matérias foram desenhadas e isso, enfim, produziu o que aconteceu comigo, que gostei tanto dessa experiência naqueles anos que se tornou mais interessante continuar estudando as Relações Internacionais do que seguir o objetivo inicial de alcançar o Rio Branco.

Desse conjunto de elementos nasce o primeiro curso de RI no Brasil. O que ocorreu depois foi talvez um adensamento, um interesse na sociedade, uma diversificação de interesses, uma pressão internacional, uma diferenciação da própria presença do Brasil no mundo que exigiu outro tipo de profissional que não fosse apenas constituído pela formação diplomática.

2) A partir dessa experiência da primeira turma, poderia comentar sobre sua trajetória acadêmica e como surgiu a África como agenda de pesquisa? Como que foi esse caminho?

A África surgiu pela ausência da África no meu curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília. Durante o curso ocorriam as guerras de independência em Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e na Guiné Portuguesa, Guiné Bissau. No entanto, minha graduação tinha uma matriz voltada para os temas da Guerra Fria: estudos sobre as ogivas nucleares implantadas, sobre a crise de Berlim, sobre o poder Europeu no mundo, sobre a bipolaridade como ordem sistêmica; além de um pouco da política externa brasileira e economia internacional.

Mas esse curso era afônico em relação aos vizinhos, não havia a América Latina (nunca tive uma aula sobre América Latina, exceto no final do curso quando o professor Aleixo foi ler os clássicos do pensamento político latino-americano) e jamais uma aula sobre o que era a China, sobre o que podia ser a África. Então, no final do curso apareceu um professor da Universidade de São Paulo, fez uma conferência na Universidade de Brasília, chamado Fernando Mourão. E aquilo me chamou muito a atenção, como podia ser um estudante de RI pensando em cruzar o mundo, eventualmente prestar o concurso para diplomacia, diante de fatos tão importantes como essas independências. E não havia uma palavra sobre esses fatos naquele curso



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

[de RI na UNB], pois esse era ocidentalista, voltado para os conceitos do *Power Politics*, para as leituras de Morgenthau e para as percepções mais realistas do sistema global e de um país que buscava sua participação no mundo.

Então, a África apareceu com essa conferência. Como eu estava já no meu trabalho final, tinha que apresentar naqueles anos a monografia, eu disse: “vou fazer daquilo que não sei”. Logo, foi um caminho absolutamente, novamente, errático, singular e sem plano. Quando concluía a graduação aproveitei para apresentar aquele projeto para o mestrado na Universidade de Brasília, “O Brasil e as Independências em processo dos países de Língua Portuguesa na África”. Não havia pós-graduação para Relações Internacionais, mas havia um mestrado no departamento de História, que acolhia o grupo de historiadores liderados pelo professor Cervo já no final dos anos 1970, com alguns diplomatas também. Chamava-se “História Diplomática do Brasil”, não era história política, história social, história econômica, esse era o programa de pós-graduação criado no departamento de história em 1976. A área de concentração única era História Diplomática do Brasil. O professor Amado Cervo tinha sido meu professor, eu fui monitor dele, e ele lembrou: “será que esse seu projeto, trabalho final, não poderia ser um projeto para o mestrado?”. Eu falei: “sim, senhor”. E assim fiz, apresentei e surgiu a África.

Até então não havia a África. A partir daí, ao ter iniciado esse mestrado, eu disse: “se eu quero a África eu vou fazer África, na África, na Europa fora onde houver essas possibilidades”. E apareceu nesse conjunto os programas que a UNESCO estava abrindo na África e na América Latina de estudos afro-asiáticos. Fui para o México e depois do México para a Inglaterra e nesse ínterim a África.



3) Tendo em vista a experiência que acabou de citar em Universidades no México, na Inglaterra, entre outros países, o senhor identifica alguma especificidade no ensino e na pesquisa em Relações Internacionais no Brasil? Quais são os nossos desafios a fim de nos tornarmos referência no campo?

O balanço dos 40 anos do nascimento desse curso singular e errático é que houve uma evolução espetacular, uma evolução de ir e vir, também um pouco entrópica, mas com certa direção. A direção eu diria que ganhou força no Brasil, deuse, sobretudo, a partir do fim dos anos 1980, quase 20 anos depois do curso original de Relações Internacionais.

Cresceu a exigência social, intelectual, econômica e política no Brasil de construir uma base de reflexão e de preparação de jovens para a inserção internacional do país. Isso se desenvolveu e atraiu certa juventude brasileira, que começou a pressionar as suas próprias instituições, suas famílias e os tomadores de decisão nessa matéria. Houve, portanto, uma evolução reta no contexto de um Brasil democrático, integrado aos fluxos econômicos, comerciais e globais, que busca participar das oportunidades internacionais. Isso trouxe para o Brasil aquilo que já era natural em muitos países do mundo, a formação de jovens talentosos para a participação do “bolo global”, das oportunidades que advinham do que nós chamaríamos hoje Globalização.

Eu creio que a expansão das RI no Brasil apareceu também como um cálculo. Um cálculo de certa indústria das universidades, mas, sobretudo, os institutos isolados, particulares, que enxergaram que além do curso de direito, de administração, de marketing e de comércio exterior, havia uma entidade que poderia permitir uma mistura de tudo isso, e que lhes dava uma certa satisfação e atraía a juventude de classe média, das grandes cidades, etc. E aí vamos entender que nesse primeiro curso criado em uma universidade pública federal, o centro do poder, olhando para a diplomacia, havia pouca gente do povo. Eu não me lembro que meus colegas tivessem vindo de muito longe, que viessem de São Paulo, ou que viessem do Rio Grande do Sul, ou que viessem do Amapá ou do nordeste. Eu me lembro de que meus colegas eram



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

filhos de pessoas que moravam em Brasília. Quem eram eles? Eram filhos de embaixadores, da alta burocracia de Brasília, nenhum morava em uma cidade satélite de Brasília ou não era branco. Esse foi o mundo inicial.

Então, o segundo surto, - o primeiro foi isso que eu chamo errático- , o segundo surto dos 1980 para os 1990 foi esse que eu diria composto de uma ingenuidade interpretativa da Globalização: “vamos criar um curso para a globalização”. E talvez também isso ajude a entender porque, sobretudo os institutos, que se implantam no fim dos 1980 para os 1990 em grande parte do país também não são nas universidades de ponta. Não foi na USP, não foi na universidade federal do Rio de Janeiro, não foi na federal de Minas, não foi na federal do Rio Grande do Sul. Eles foram criados nas instituições privadas. Isso chegou e isso chegou muito bem, porque os alunos eram muito bons e porque alguns projetos possuíam estrutura. É o caso das universidades dirigidas pelas Pontifícias, como o caso do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Nessas instituições houve convocação de professores, que se deslocaram de outras disciplinas no Brasil. De alguns destes projetos recorde que entre 1993 e 1994 a planta de professores da UNB, que eu já era professor nesse tempo, foi a Belo Horizonte durante 6 meses para encontrar nossos colegas que eram professores de História, de Economia, de Política, etc., para ajudar a construir o lançamento do programa de graduação da PUC Minas Gerais. E já acoplado a isso, entre 1994 e 1995, a PUC do Rio de Janeiro criou a sua graduação e quase simultaneamente o grupo do Rio Grande do Sul.

O modelo das católicas teve, em alguma medida, uma grande pressão sobre a indústria dos cursos de Relações Internacionais que se expandiram sem meios de manutenção de uma qualidade mais elevada. Se olharmos as matrizes teóricas, históricas, econômicas, do Direito, elas se parecem muito com a matriz desenhada nos anos 1970 pela Universidade de Brasília. Então, em alguma medida, há um caminho ou uma certa direção. E essa direção em seu terceiro ponto ou ciclo expansionista, dos anos 2005, 2006 pra cá, portanto, dos últimos 10 anos, atinge algumas universidades



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

públicas federais do Brasil e universidades públicas estaduais, que avançam também no desenvolvimento do curso não só de graduação.

Creio que daqui pra lá, mesmo errática, mesmo com os objetivos pouco pragmáticos do que eu chamo de Indústria das Relações Internacionais dos 1990 ao desembarque das novas universidades públicas federais, o caminho foi relativamente progressista e positivo, porque as matrizes conceituais foram relativamente mantidas em duas direções: uma da absorção do debate epistemológico político-internacional das escolas clássicas (estudos de Relações Internacionais nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França) e outra na qual não se perdeu ao longo deste caminho uma percepção brasileira, eu não diria ainda sul-americana, nem sulista, mas um certo conceito brasileiro que permeou a chegada, o desembarque das teorias do *mainstream* das escolas historiográficas da França, de um pensamento latino-americano, cepalino, etc.

Isso em alguma medida entrou nas escolas, mas talvez houve uma indução anterior que é uma linha permanente, que é a presença do Brasil no cenário internacional, que é a inserção do Brasil no cenário internacional em alguns debates, que tinha uma origem brasileira, como essa ambição de autonomia, de presença altruísta, de juridicismo, não de pacifismo, mas de superação de conflitos pelos meios do diálogo, de uma certa experiência de: mesmo (sendo) país periférico, ter participado de grandes congressos internacionais em fins de guerra, como a primeira e a segunda guerra mundial.

A própria hipótese de compartilhar a governança global do pós-Segunda Guerra Mundial, desenhada, escrita e posta por Roosevelt como hipótese de ser até o sexto membro dessa gerência da ordem global depois da Segunda Guerra Mundial, quer dizer, esta experiência brasileira em alguma medida permaneceu como uma linha de força ao longo destes três ciclos: a criação original, que eu digo “Modelo da Guerra Fria”; a segunda, a indústria das faculdades particulares diante da globalização; e o ciclo mais recente que eu chamo de ciclo mais adensado, mais profissional, porque também já começamos a ter resultantes desse movimento dos 40 anos. Os programas



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

de pós-graduação de Relações Internacionais que surgiram a 15, 20 anos, já criaram novos professores que estão atuando como uma boa força de trabalho.

O Brasil importou na formação desses cursos, sobretudo, no campo teórico que chamamos de Teoria das Relações Internacionais, que desde o início esteve presente, e duas linhas que eram a Teoria Clássica e o desembarque das teorias que eu digo das Escolas Americanas mais antigas. Isso levou a UNB nos anos 1970 e 1980 a publicar “Guerra do Peloponeso”, “Paz e Guerra entre as Nações”, fazer as primeiras edições de Robert Dahl, isso não existia no Brasil, ninguém sabia o que era isso além da elite ilustrada brasileira e alguns informados que tinham lido em algum momento na sua formação no Rio Branco.

Mas ao importar as teorias de outrem, não perdemos essa linha de força que vinha de dentro, dos debates dos nacionalistas descendentes de Jaguaribe, da tradição de pensamento do ISEB, de uma forte influência das escolas cepalinas, de Furtado e Afonso Arinos. Essa geração dos anos 1950, quando não havia estudo de Relações Internacionais, em alguma medida permaneceram e vem até hoje, eu diria que seria muito difícil entender obras como a do professor Amado Luis Cervo sem o nacionalismo brasileiro de matriz varguista, de conceituação de um devir construído pela ambição de traçar seu próprio caminho no sistema global. Quer dizer, isso são conceitos de longa duração que em alguma medida penetraram na conformação brasileira das RI, o que me faz pensar que a maneira do ensino das RI na própria América Latina é muito diferente da brasileira, pois temos essa pretensão autóctone de um lugar próprio no mundo. Isso está em Jaguaribe, há discussões sobre a permissibilidade internacional do Brasil nos seus grandes textos clássicos dos anos 1950 e 1960, o que é bastante diferente da escola cepalina, da dependência e do altruísmo militarista, digamos, de 1970.

Eu diria que, se há um núcleo, uma matriz ou um desejo, teórico ou intelectual, me parece que se há mesmo um certo pensamento brasileiro, ele não é uma tradução acrítica das teorias globais da globalização ou dos antigos debates de realismo e idealismo de segunda geração, quer dizer, este debate parece que não penetra na



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

construção profunda dos produtores de pensamento e desenvolvimento das relações internacionais do Brasil. Ele ainda segue sendo apresentada na sala de aula como o *mainstream*. E ele ainda não foi absorvido pelos grandes construtores de conceitos em Relações Internacionais no nosso país. Creio que uma das características importantes do desenvolvimento dos estudos de relações internacionais no Brasil foi essa resistência originária à absorção das teorias do *mainstream*. Temos um grande amor à história, um grande afeto à dimensão do direito, um peso para a economia. Eu acho que essa é a evolução dos 40 anos.

Se eu percebo alguma força nossa, alguma versão, acho que a única paixão desse caminho foi a admissibilidade que o estudo das relações internacionais exigiria um movimento necessário, multidisciplinar ou interdisciplinar: uma convocação ao ecletismo epistemológico. O que é muito diferente do grande gosto que tem a escola anglo-saxônica pelo estudo do poder e suas derivações, mesmo que seja um poder diluído com o pós construtivismo, etc. Então eu acho que são um pouco os novos caminhos, mas não tenho muita segurança, talvez ainda seja um pensamento muito pessoal, porque não há uma conversa e ainda não houve um bom estudo exploratório desses próprios autores que eu estou me referindo, porque ou são lidos de forma canônica ou são os brasileiros falando das suas coisas quando vai para a disciplina de história ou vai para a política externa, mas lê-se aquilo como se fosse uma singularidade e não como parte de uma construção também teórica, conceitual, com um impacto epistemológico, etc.

Quando vai discutir as teorias, aí usa-se as teorias do norte. Ainda temos esses dilemas. Então talvez os próximos 40 anos possam ser de “abrasileiramento” dessas próprias teorias, não sei, ou o fim delas, ou antropofagia. Eu vivo esse dilema pessoal, porque eu fui um dos primeiros professores que teve acesso à Escola Inglesa, porque eu estudei quando o Waltz estava vivo, quando o Hedley Bull estava vivo, no ciclo deles, não eles, mas na Escola Inglesa o conceito de *international society* era como se fosse um jargão. Eu falei: “como international society?”. Eu moro tão longe, acabou de ter uma guerra desses ingleses com os argentinos lá nas Malvinas, como é essa “international society?”. Eu entendia sociedade como cooperação ou pelo menos o



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

entendimento do outro, então aquilo era difícil para mim, mas aquilo era dado porque era escola. Então nós trazemos isso como uma escola que deva ser estudada. Mas qual é seu impacto na nossa construção? E qual é o nosso pra eles? O nosso pra eles é quase nada, porque eles não leem nossos livros e quando leem, leem para retirar elementos empíricos, informações, ou certos *insights* que são apresentados como criação deles.

Eu também tenho vontade de escrever um livro da quantidade de produção nossa que é “chupada”, integrada à Routledge e às grandes editoras de relações internacionais em inglês que são copiados das nossas, mas postas como argumentos deles e não citados, porque citar os nossos nomes em parte daquela literatura depreciaria parte da circulação do livro. Então ainda temos pela frente um enorme exercício para penetrarmos nesse poder teórico que tem, em alguma medida, o as teorias do norte, as quais eu chamo de forma alegórica.

4) Professor, como o senhor analisa o processo de expansão dos cursos de RI pelo interior do país?

Muito positivo. Eu acho que essa é uma das melhores notícias. Por pior que seja esse curso no interior do Brasil, era uma exigência, era uma necessidade, era inadmissível que esses cursos se concentrassem nessas grandes capitais, não viessem à Amazônia, ao centro-oeste, ao sul. Isso eu considero a maior fonte de renovação, porque as relações internacionais não mais pertencem aos diplomatas e muito menos aos militares e muito menos aos professores iniciais e nem à primeira geração de estudantes, pois cada um seguiu seu rumo e hoje temos uma comunidade crescente, ansiosa, interessada não só pelas coisas do Brasil, e nosso país está respondendo a essa demanda importante do gosto pelos temas do mundo de uma nova juventude, que possui esse sentimento de já ter nascido em um planeta maior do que aquele de 1974, quando nasceu o primeiro curso aqui.

“Já nascemos no mundo”. A gente vê isso nos nossos alunos, nos nossos sobrinhos, nos filhos, “nós nascemos para o mundo”. Então garantir que haja cursos de



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

relações internacionais em boas universidades, universidades regulares ou até não tão boas é melhor do que não ter, porque haveria a possibilidade de penetrar nessas escolas, como eu digo, um certo pensamento brasileiro, uma formação qualificada para as novas *expertises* e oportunidades que estão se desenhando.

Então eu tenho sobre essa matéria uma experiência talvez vivida como ex-presidente da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), porque no dia que assumi eu estabeleci o objetivo de visitar todos os cursos de relações internacionais, que em 2009 chegavam a 103/105. Na primeira reunião de coordenadores de programas de pós-graduação convocada por mim em Minas Gerais, em 2009, lá na PUC Minas, que um coordenador aqui da fronteira do Brasil de um curso particular, veio as escondidas à Belo Horizonte sob pressão do seu próprio diretor da faculdade para dizer: “olha lá, não inventem muita disciplina que não tem professor, que a gente não tem meios para realizá-las”.

Hoje vemos que os coordenadores convergem entre si e já há uma proposta importante dos parâmetros curriculares para a própria graduação, que pode colaborar também para uma maior equalização de projetos das disciplinas, dos desejos e das oportunidades que aparecem em várias regiões. Então eu acho que esta certamente é a notícia mais bonita, porque podia ter havido um recuo muito grande quando os que eu chamo de industriais dos cursos de relações internacionais da globalização dos anos 1990, começaram a fechar os seus cursos. Mas isso foi substituído por um impulso altamente positivo do governo federal e de algumas pessoas que foi de criar novos cursos. Portanto, isso eu considero a melhor notícia, a maior notícia, porque já temos uma formação de professores com doutorados em campo, funcionando bem, com qualidade reconhecida pela métrica da CAPES, já com dois programas de excelência em doutorado no Brasil, nos números previstos lá e que, portanto o ciclo todo se faz.

Talvez o último ponto sobre isso é o fato de que esses cursos pelo interior tenham uma inteligência, espero, de acompanhar evidentemente as linhas previstas, que estão sendo desenhadas ou pensadas coletivamente e depois consolidadas lá no Ministério da Educação na área específica, de não criarem armadilhas de fechamento



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

dos seus cursos. Eles devem ir além do chamado “modelo da UnB”, verificando as suas condições de forma a adaptar esses cursos às suas realidades.

A fronteira exige a reflexão sobre as fronteiras, a Amazônia exige a reflexão sobre o seu lugar no próprio Brasil, o Nordeste a fronteira do Atlântico e a África a sua frente, então que não se percam também essas vocações regionais e os projetos que animam essas sociedades, para não ficarmos em um esqueleto muito seco, insípido, que não representa esse imenso país com tanta diversidade, com tanta sociedade interna diferenciada, visões de mundo. Que saibamos avançar nesse projeto tendo as linhas gerais da formação essencial, mas uma adaptação a essa interiorização também que exige, obviamente, alguma formação para o mercado de empregabilidade, de oportunidades, de inserção laboral correspondente àquela própria região.

5) Professor, continuando esse paralelo, da inserção internacional do Brasil e da democratização das relações internacionais, quais são os espaços de diálogo entre a ABRI ou a academia e os *policy makers*, como Itamaraty e outros? O senhor percebe que existe uma cobertura de agendas, de consultas, de ampliação desses fóruns?

Eu tenho certa convicção de que o Itamaraty está atento, preocupado e até impressionado com o desenvolvimento das R.I para além das visões, percepções e interesses da diplomacia brasileira, porque os jornais estão mostrando que há uma reflexão livre sobre as relações internacionais.

Sinaliza-se uma intensidade de informação e acesso a fatos que tocam pouco nessa história monopólica que o Itamaraty quase sempre reservou para si, não apenas a de construir a política externa, mas também refletir sobre ela, como se existisse somente ali um quadro especializado nessa matéria. Então eu penso que eles estão muito atentos, eles tem desembarcado muitos diplomatas nessas atividades, muitas vezes de forma discreta para anotar e informar, e também há professores que tem sido convocados, não tanto do ponto de vista institucional da ABRI, ou eventualmente por uma representação específica, mas talvez por uma certa ideia de que há uma confiança, não para dividir decisões porque não é o caso, mas um pouco por tê-los por



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

perto para não perdê-los. Exemplo: a Fundação Alexandre de Gusmão, provavelmente a maior editora de relações internacionais em número, que publica muitas teses deles, os livros, reedições, mas também há de se reconhecer que não há nenhuma editora no Brasil que publique tantos livros voltados para aspectos, sobretudo da política externa do Brasil, mas também sobre percepções brasileiras sobre coisas do mundo e algumas teses em inglês.

Há mais ou menos três anos a editora criou um conselho editorial para o qual foram convocados três professores de universidades brasileiras. Portanto, o Itamaraty vem observando o que estamos fazendo, mas há uma interação modesta, e tenho dúvidas se as nossas ideias, as nossas teses e nossos livros são efetivamente lidos por eles, em uma espécie de autoconfiança, de profissionalização crescente das rotinas cotidianas de busca de informações que torna o diplomata brasileiro cada vez menos uma pessoa pensante.

Como menciona a professora Maria Regina, minha amiga, é necessário politizar a política externa e tal politização é "boa porque aquilo [o Itamaraty] não é neutro como a política não é neutra". Um conselho para a política externa brasileira seria a indução de conceitos, envolvendo setores civis, acadêmicos, militares e diplomáticos. Então eu diria que estamos em caminho disso, eu diria que há mais interação rica, por exemplo, da academia norte-americana com seus *policy makers*, e na própria França; na Rússia, na China, eu considero essas relações entre a academia e a diplomacia ainda atrasadas.



6) Aproveitando o ensejo, qual a sua opinião acerca da independência das RI frente à ciência política?

Sou bastante favorável a essa ideia e em alguma medida um dos primeiros construtores dessa ideia. Considero a ciência política uma extraordinária área de reflexão, com desenvolvimento importante desde que existe Estado, sociedade, poder, tenho uma admiração e utilizo muitos os métodos da ciência política nos estudos das RI. No entanto, as RI elas vão além da ciência política: o peso da produção da riqueza e da pobreza, a economia interfere de forma extraordinária nos fluxos internacionais de poder; a dimensão normativa, a construção dos regimes, as regras do sistema internacional exigem um estudo do direito internacional.

Então eu percebo ainda as relações internacionais como uma ciência ainda não ciência ou uma conversação desses campos disciplinares em torno de uma unidade maior que é o sistema internacional, esse é o nosso objeto, não é o estudo do poder em si, não é o estudo do Estado em si, não é o estudo da política internacional, é o sistema. A complexidade do entendimento do sistema global e suas relações exigem métodos um pouco mais “arrochados”, que podem até perder a sua eficácia métrica, mas que permeiam uma certa convicção disciplinar, esse é o meu entendimento.

O que se traduz nos cursos que nós já temos na graduação e que explica porque vários dos programas de pós-graduação tem áreas específicas em outras ciências, como a história, a economia política, e etc. O que faremos com programas no Brasil, como em Santa Catarina, onde há uma presença de quase 80% de economistas na pós-graduação, porque aí há uma escola de economia política com densidade? Aquela gente vai ser julgada em comitê de ciência política? Eu penso que já passou da hora de termos comitês específicos de RI, já temos líderes, temos seniores, temos produção muito diversificada. É a hora da independência.

Sei que com tal opinião conflito com grande parte dos meus colegas do próprio comitê na CAPES. Mas enquanto eu puder defenderei a separação, talvez pela minha experiência de verificar que teses extraordinárias são inspiradas em aspectos da antropologia, da filosofia e releituras de obras clássicas aplicadas a problemas



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

contemporâneos. O peso da economia política, o estudo das raízes, a história desses processos. Como será possível “Relações Internacionais” sem essas partes todas? A crítica talvez seja de que estaríamos aceitando não construir uma ciência, mas está no modo também de fazer, de construir ciência e convergir esses grandes métodos científicos que já mostraram alguma eficácia na demonstração de alguns processos. E é a convivência de todos eles, “Relações Internacionais” recupera uma ideia renascentista, a inspiração de Da Vinci que desenha o motor, que desenha a asa para voar, que pinta a Capela Sistina, que faz cálculos que depois foram usados por Newton e que fazia tudo isso ao mesmo tempo. Então as “Relações Internacionais” envolvem essa *mélange*, essa capacidade de mesclar diversos métodos.

A convocação das RI, sobretudo em países como esses nossos, o mundo, esse novo *Global South*, esse novo sul que é um sul tão sincrético, tão multidisciplinar, de tantas visões próprias, de tantas culturas. Como vamos apreender isso? Com joguinhos de guerra? Com o neorrealismo? Com as teorias normativas prontas, feitas para aplicar? Há um novo ciclo que emerge no estudo das RI que é a indução dos velhos estudos chineses, do retorno da geopolítica russa, essa percepção africana de quem tem seu lugar novo e próprio, que vai se impor gradualmente, essa tradição nossa aqui de termos deslocado a dialética “Guerra e Paz”, para desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Eu acho sinceramente que a resistência dos meus colegas de ciência política, profissionais que dirigem programas, que coordenam coisas na CAPES e etc, em não nos soltar, não é de ordem científica, mas de ordem política e pragmática, porque eles ganham bastante com as RI, inclusive em suas faturas e prestígio nas televisões e nos rádios. Há um receio de perder parte do mercado. Esse é um “não dito”, mas não tenho medo que o publique.



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

7) Professor, comente sobre a sua experiência como presidente da ABRI entre 2009 e 2011. Quais foram os desafios e quais são os desafios da atual gestão?

Tocou-me a responsabilidade de suceder dois presidentes. O primeiro, o professor Eiiti Sato que é um pacifista por excelência e um dos melhores negociadores que eu já vi em minha vida e certamente um dos maiores da nossa área capaz de administrar conflitos de forma tão transparente e tranquila, realmente uma pessoa muito especial. A segunda presidente, a professora Monica Herz da PUC Rio de Janeiro, conheci há muitos anos, tinha pouco contato. Fez seu trabalho correto em uma espécie de institucionalização e um trabalho importante de conexão com as associações assemelhadas no mundo como a ISA, trazendo o congresso da ISA para o Brasil.

A mim tocou justamente a conversação, a aproximação dos programas, a minha tarefa foi aproximar os coordenadores de pós-graduação e graduação para houvesse um diálogo epistemológico, um diálogo político, um diálogo disciplinar, um diálogo de projetos do que vamos fazer, qual é a colaboração que a ABRI poderia dar a isso. Eu acho que foi um pouco a minha ideia de envolver cada vez mais nessas atividades o que eu chamo de “gente de toda a região do país”, expandindo a ABRI para todo o Brasil.

A minha experiência na área foi que temos uma comunidade rica, muito determinada e muito trabalhadora. Eu acho que a diretoria, a minha diretoria apenas claudicou um pouco talvez na organização de uma transição mais tranquila, que foi com duas chapas. O que foi muito [a existência de duas chapas], pela disputa e pelo desfecho o qual expôs que ao final não havia divisões ideológicas e nem teóricas. É importante lembrar que os 40 anos do estudo de Relações Internacionais na graduação, da formação do curso concluiu-se com, digamos uma grande celebração, eu chamo dos seniores com alguns professores mais jovens. Então, eu acho que temos uma comunidade que está crescendo com qualidade e que se há aqui, ou acolá uma diferença, é bom que haja como há tantas diferenças que expus aqui provavelmente de bons amigos e bons colegas que eu tenho na Universidade de Brasília.



8) Para finalizar, qual é a mensagem ou conselho que o senhor gostaria de deixar para os alunos de graduação e jovens pesquisadores em RI no Brasil?

Que não escolham com grande antecedência o que querem fazer do ponto de vista profissional. Eu acho que a maior beleza e riqueza do nosso curso é a sua capacidade de perceber um ângulo não percebido, uma oportunidade que nem sempre é pronta antes de se aproximar. O que quero dizer com isso? Que ao realizar, ou participar do curso, a obsessão de fazer o concurso do Rio Branco poderá diminuir a sua capacidade de perceber outras possibilidades de inserção laboral, de participação em outros projetos, em outras coisas. Que aproveite, eu digo, a própria dimensão interdisciplinar, os diferentes ângulos disciplinares que permitem o estudo das RI e que aproveitem a universidade, porque vejo já na sala de aula alunos em primeiro e segundo semestre com o mundo feito, já com um projeto com tal objetivo, estes tornam a presença na universidade apenas uma passagem quando poderia ser o próprio destino.

É daí que saem os bons diplomatas, é dessa dúvida que surge o grande líder, é dessa dúvida que vem o professor, que vem o general, que vem o diretor de uma grande empresa multinacional do Brasil. Eu sempre me refiro ao meu colega que hoje dirige a Organização Mundial do Comércio porque também fomos colegas na universidade, que é o Azevedo. Então, por que essa gente chega a essas posições? Porque tiveram a cabeça renascentista de adaptação a um mundo poroso, difícil, complicado, cheio de oportunidades.

Então eu acho que a beleza das RI é não ter um projeto muito pronto para o pós-universidade. Eu sei que pode parecer um pouco caótico, certamente é. Mas eu acho que ainda há vocações, ainda há algo que se gosta, algo que se identifica. É muito difícil um garoto de dezessete, dezoito anos saber o seu trajeto, o seu caminho, a sua definição. Eu acho que essa antecipação vem reduzindo muito essa beleza da dimensão aristotélica da universidade e do bom aproveitamento desse momento na



ENTREVISTA PROFESSOR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA

vida para aquilo que vai ser todo o resto da vida que é o trabalho, a inserção nessas coisas.

Não penso em uma universidade, isso vale não somente para as RI, pensada do primeiro ao último dia para uma profissão, mas para múltiplas profissões e para a adaptação às transformações que em 4 ou 5 anos podem vir com a velocidade que não julgávamos, com novos lugares, com novas inserções que não pensávamos. Então isso é o que eu digo aos meus alunos, alguns gostam, outros acham um pouco caótico, mas depois no dia-a-dia eu noto que eles percebem que eu sou bastante disciplinado, organizado e até chato, mas cortar as asas na entrada da faculdade com um projeto orgânico para alcançar um objetivo pós-universidade, eu acho uma perda de tempo.

Entrevista concedida à Equipe Monções, conduzida pela professora Tchella Maso e pelo professor Tomaz Espósito Neto, realizada no dia 19 de maio de 2014 e reproduzida integralmente.